

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS SROC, S.A.



RELATÓRIO DE AUDITORIA SEMESTRAL 2020
Informação sobre a Situação Económica e Financeira

MUNICÍPIO DE SOURE

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 262 799 - 04148 0004 28888 - SIF 030 0 100 10MV10 2 101478

Exmos. Senhores Presidentes dos
Órgãos Executivo e Deliberativo do
MUNICÍPIO DE SOURE
Praça da República
3130-218 Soure

Exmos. Senhores,

1. A presente informação sobre a situação económica e financeira, com referência ao período findo em 30 de junho de 2020, é emitida nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 e com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.
2. Não foram preparadas pela Câmara Municipal de Soure demonstrações financeiras intercalares reportadas a 30 de junho de 2020, sendo que de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 03/09 não é obrigatória a sua apresentação, pelo que não emitimos qualquer Parecer sobre Demonstrações Financeiras Intercalares.
3. Os procedimentos adotados na análise semestral conducente à emissão da informação sobre a situação económica e financeira, incluindo informação orçamental, consistem essencialmente na execução de procedimentos analíticos substantivos, pelo que não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos executados na emissão da Certificação Legal das Contas. Assim, foram considerados os seguintes procedimentos:
 - 3.1. Análise de cumprimento das disposições legais;
 - 3.2. Análise de rácios;
 - 3.3. Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica, financeira e orçamental;
 - 3.4. Análise da execução orçamental.
4. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município.

Coimbra, 19 de novembro de 2020



Bruno José Machado de Almeida

Em representação de:

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



MUNICÍPIO DE SOURE

30 de junho de 2020

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

São aqui enunciadas informações e algumas situações que permitem dotar os órgãos competentes da situação económica, financeira e orçamental intercalar, podendo ser efetuadas recomendações para efeitos de um maior rigor contabilístico, de um melhor controlo interno ou de uma melhor produção de informação para a gestão. De ressaltar que as situações aqui descritas são as que foram detetadas no decurso da execução dos procedimentos de auditoria adotados, a qual foi efetuada com o objetivo de emitir um relatório sobre a situação económica e financeira do período intercalar findo a 30 de junho de 2020.



I - NOTA INTRODUTÓRIA

Procedemos à revisão das demonstrações financeiras e orçamentais referenciadas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, bem como à análise das principais operações desenvolvidas, sendo que o presente documento relata as situações que consideramos de maior relevância ao nível da informação contabilística.

Salientamos que o âmbito do trabalho teve como objetivo dar cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 2 do art.º n.º 77 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, sendo que as análises efetuadas consistiram essencialmente em indagação e análise documental e em procedimentos analíticos, o que proporciona menos segurança do que o trabalho realizado no âmbito de uma revisão/ auditoria.

II - PRESSUPOSTOS DA INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Chamamos a atenção que de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 03/09, o Município não está obrigado à apresentação de demonstrações financeiras intercalares reportadas a 30/06/2020, pelo que no ponto seguinte preparámos uma síntese das rubricas das Demonstrações Financeira reportadas aos semestres de 2019 e 2020. No entanto, aos dados fornecidos pelo Município – demonstração dos resultados e balanço, que não têm refletido alguns procedimentos relevantes de fecho de contas, procedemos a algumas correções extra-contabilísticas, nomeadamente:

- Imputação, ao exercício corrente, de 50% do valor de subsídios ao investimento imputado no exercício anterior;
- Imputação, ao exercício corrente, de 50% dos gastos com depreciações/amortizações verificados no exercício anterior.
- Consideração em gastos com pessoal de 50% dos gastos com férias, subsídio de férias e respetivos encargos a pagar no ano seguinte.

A especialização de resultados, regra geral, não abrangeu quaisquer gastos ou rendimentos para além do mencionado no ponto anterior e não se questionou a possibilidade de ocorrência de outros riscos e encargos.

Dado que o Município adota pela primeira vez em 2020 o SNC-AP não se verifica a comparabilidade integral das Demonstrações Financeiras.



III - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BALANÇO

ATIVO	POCAL	POCAL	SNC - AP	Variação (Jun.19/Jun.20)		Variação (Dez.19/Jun.20)	
	30/06/2019	31/12/2019	30-06-2020 Ajustado	Valor	%	Valor	%
ATIVO							
ATIVO NÃO CORRENTE							
Ativos fixos tangíveis	55 862 772	43 258 348	42 957 304	(12 905 467)	-23,10%	(301 043)	-0,70%
Ativos intangíveis	120 481	74 796	343 343	222 862	184,90%	268 548	359,04%
Participações Financeiras	573 331	2 536 487	2 536 487	1 963 156	342,41%	0	0,00%
Outros activos financeiros			16 775	16 775	#DIV/0!	16 775	#DIV/0!
Sub Total	56 556 584	45 869 631	45 853 910	(10 702 674)	-18,92%	(15 721)	-0,03%
ATIVO CORRENTE							
Inventários	85 385	123 629	123 629	38 243	44,79%	0	0,00%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			4 374 078	4 374 078	#DIV/0!	4 374 078	n.a.
Clientes, contribuintes e utentes	184 706	150 908	303	(184 403)	-99,84%	(150 604)	-99,80%
Estado e outros entes públicos	129 048	230 944	31 487	(97 562)	-75,60%	(199 458)	-86,37%
Outras contas a receber	3 709 321	5 211	1 151 896	(2 557 425)	-68,95%	1 146 685	22003,64%
Diferimentos	1 261 500	2 891 867	157	(1 261 343)	-99,99%	(2 891 710)	-99,99%
Caixa e depósitos	1 826 846	150 188	1 096 457	(730 388)	-39,98%	946 270	630,06%
Sub Total	7 196 807	3 552 746	6 778 007	(418 800)	-5,82%	3 225 260	90,76%
TOTAL DO ATIVO	63 753 391	49 422 377	52 631 917	(11 121 474)	-17,44%	3 209 539	6,49%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO							
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
Património/Capital	40 346 099	40 346 099	40 346 099	0	0,00%	0	0,00%
Reservas	1 127 504	1 127 504	1 193 680	66 176	5,87%	66 176	5,87%
Resultados transitados	4 042 783	-7 331 835	-5 881 459	(9 924 242)	-245,48%	1 450 376	-19,78%
Ajustamentos em ativos financeiros	43 505	55 815	55 815	12 310	28,30%	0	0,00%
Outras variações no património líquido			10 491 936	10 491 936	100,00%	10 491 936	n.a.
Resultado líquido do período	3 187 093	1 323 528	2 596 486	(590 607)	-18,53%	1 272 958	96,18%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	48 746 982	35 521 110	48 802 557	55 574	0,11%	13 281 447	37,39%
PASSIVO							
PASSIVO NÃO CORRENTE							
Financiamentos obtidos	2 696 220	2 238 211	1 901 885	(794 334)	-29,46%	(336 326)	-15,03%
Outras contas a pagar			0	0	#DIV/0!	0	n.a.
Sub Total	2 696 220	2 238 211	1 901 885	(794 334)	-29,46%	(336 326)	-15,03%
PASSIVO CORRENTE							
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos			3 540	3 540	#DIV/0!	3 540	n.a.
Fornecedores	169 131	73 818	61 948	(107 183)	-63,37%	(11 871)	-16,08%
Estado e outros entes públicos	104 603	83 248	121 130	16 528	15,80%	37 882	45,51%
Financiamentos obtidos	499 000	679 000	679 000	180 000	36,07%	0	0,00%
Fornecedores de investimentos	92 806	97 333	326 093	233 287	251,37%	228 759	235,03%
Outras contas a pagar	130 843	48 598	735 764	604 921	462,33%	687 166	1413,97%
Diferimentos	11 313 807	10 681 058	0	(11 313 807)	-100,00%	(10 681 058)	-100,00%
Sub Total	12 310 189	11 663 056	1 927 475	(10 382 714)	-84,34%	(9 735 582)	-83,47%
TOTAL DO PASSIVO	15 006 409	13 901 268	3 829 360	(11 177 049)	-74,48%	(10 071 908)	-72,45%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	63 753 391	49 422 377	52 631 917	(11 121 474)	-17,44%	3 209 539	6,49%



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	POCAL	POCAL	SNC - AP	Variação (Jun.19/Jun.20)		Variação (Dez.19/Jun.20)	
	30/06/2019	31/12/2019	30-06-2020	Valor	%	Valor	%
			Ajustado				
Impostos, contribuições e taxas	368 517	2 942 171	366 014	-2 502,73	-0,68%	(2 576 157)	-87,56%
Vendas	802 434	1 977 771	0	-802 434,10	-100,00%	(1 977 771)	-100,00%
Prestações de serviços e concessões	-575 949	-1 165 117	50 544	626 493,09	-108,78%	1 215 661	-104,34%
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 496 632	8 429 835	7 261 260	-235 372,11	-3,14%	(1 168 575)	-13,86%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-74 576	0	0,00	#DIV/0!	74 576	-100,00%
Fornecimentos e serviços externos	-1 826 928	-4 884 952	-1 615 213	211 715,95	-11,59%	3 269 740	-66,93%
Gastos com pessoal	-2 272 916	-4 814 233	-2 353 237	-80 320,69	3,53%	2 460 996	-51,12%
Transferências e subsídios concedidos	-575 949	-1 165 117	-701 478	-125 529,23	21,80%	463 638	-39,79%
Provisões (aumentos/reduções)		-18 669	0	0,00	#DIV/0!	18 669	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	584 752	2 172 652	865 912	281 160,12	48,08%	(1 306 739)	-60,14%
Outros gastos e perdas	-208 738	-897 002	-115 429	93 308,39	-44,70%	781 573	-87,13%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 791 854	2 502 762	3 758 373	-33 481,32	-0,88%	1 255 611	50,17%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 161 715	-2 312 380	-1 156 190	5 524,37	-0,48%	1 156 190	-50,00%
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)	2 630 140	190 382	2 602 183	-27 956,95	-1,06%	3 138 261	1648,40%
Juros e rendimentos similares obtidos	6 482	11 602	0	-6 482,21	-100,00%	(11 602)	-100,00%
Juros e gastos similares suportados	-25 479	-43 573	-5 697	19 781,46	-77,64%	37 875	-86,92%
Resultado antes de imposto	2 611 144	158 411	2 596 486	-14 657,70	-0,56%	3 164 534	1997,67%
Resultado líquido do período	2 611 144	158 411	2 596 486	-14 657,70	-0,56%	2 438 075	1539,08%

A sistematização da informação económica acima apresentada foi obtida a partir da demonstração dos resultados e balanço com algumas correções extra-contabilísticas reportados a 30/06/2020 e a 30/06/2019, cujos elementos não constituem as Demonstrações Financeiras Intercalares elaboradas de acordo com o SNC – AP e POCAL, respetivamente, designadamente quanto ao princípio da especialização dos exercícios e provisões.



IV - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A) APLICAÇÃO DO SNC - AP - PELA PRIMEIRA VEZ

No exercício de 2020 o Município aplicou pela primeira vez o SNC-AP. Daí que a informação económico-financeira semestral apresentada possa não ser comparável em toda a sua extensão com a do período homólogo anterior, já que as demonstrações financeiras de 2019 foram elaboradas na base do POCAL, tendo contudo sido efetuada a homogeneização das rúbricas contabilísticas.

O artigo 14º do Decreto-Lei 192/2015 de 11/9 e o Manual de Implementação do SNC-AP estabelecem que na transição para o SNC-AP, o Município deve:

- a) Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas normas de contabilidade pública;
- b) Reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;
- c) Reclassificar itens que foram reconhecidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, ou planos setoriais, numa categoria, mas de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria;
- d) Aplicar as normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Assim, salienta-se que os ajustamentos mais significativos resultantes da aplicação pela primeira vez do SNC-AP foram as seguintes:

- Reclassificação dos subsídios ao investimento pela sua totalidade da conta de proveitos diferidos do Passivo para conta dos subsídios ao investimento no Património Líquido;
- Reclassificação da componente de capital do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e do artigo 35º da Lei 73/2013 de 13/9;
- Passagem automática de rubricas do Balanço em POCAL, para as rubricas do Balanço em base POCAL, para as rubricas do SNC-AP, resultante da aplicação do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas) que é a nova solução de gestão financeira desenvolvida pela AIRC.



ATIVO

O ativo líquido do Município registou uma variação positiva de 6,49% (3.209.539€) relativamente a 31/12/2019. No entanto, face a 30/06/2019, teve um decréscimo de 17,44%, justificada essencialmente pelo facto de se ter verificado um decréscimo dos ativos fixos tangíveis (12.905.467€), clientes, contribuintes e utentes (184.403€) e da caixa e depósitos (730.388€).

Salienta-se que a rubrica dos ativos fixos tangíveis representa 81,62% do total do ativo a junho de 2020, tendo sofrido um decréscimo face ao período homólogo.

PASSIVO

Em relação ao passivo, o mesmo diminuiu indicativamente 10.071.908 € (-72,45%) face a 31/12/2019, justificado essencialmente pela reclassificação dos subsídios ao investimento para a conta de outras variações do património líquido, de acordo com o SNC-AP.

Contudo esta reclassificação carece de análise posterior cujo resultado possa impactar nas contas de final de ano, dado que poderão eventualmente existir subsídios ali reclassificados que requeiram reclassificação para o passivo (subsídios com condições).

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

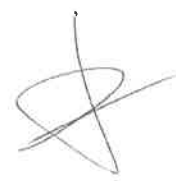
De acordo com as contas de 30/06/2020 a conta 51 – Património/capital evidencia um saldo de 40.346.099€, o que corresponde a 76,66% do ativo líquido de junho de 2020.

O resultado líquido de 2019 que se cifrou no valor positivo de 1.323.527,38€ foi aplicado em resultados transitados na totalidade e dos resultados transitados 5% para Reservas Legais (66.176,38€).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

No que diz respeito ao resultado líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o mesmo cifrou-se em 2.596.486 € positivos.

Sendo que os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento sofreram uma ligeira diminuição de 0,88% (33.481€) face a 30 de junho de 2019, devido à diminuição, dos impostos, contribuições e taxas, vendas, prestações de serviços e concessões, transferências e subsídios correntes obtidos, fornecimentos e serviços externos e outros gastos e perdas.



ANÁLISE FINANCEIRA

Em termos financeiros e de forma indicativa passamos a evidenciar a evolução da situação do Município:

Indicadores		2020		2019		Variação	
Equilíbrio de curto prazo	Liquidez Geral	Ativo Corrente	6 778 006,53	351,65%	5 935 306,75	595,60%	-40,97%
		Passivo Corrente	1 927 474,73		996 382,04		
	Liquidez Reduzida	Ativo Corrente - inventários	6 654 377,94	345,24%	5 849 921,32	587,12%	-41,20%
		Passivo Corrente	1 927 474,73		996 382,04		
	Liquidez imediata	Caixa e Depósitos	1 096 457,42	56,89%	1 826 845,75	183,35%	-68,97%
		Passivo Corrente	1 927 474,73		996 382,04		
Imobilizações	Indicador das imobilizações I	Capitais permanentes	50 704 441,99	110,58%	51 443 201,93	90,96%	21,57%
		Imobilizado líquido	45 853 910,20		56 556 584,16		
	Indicador das imobilizações II	Capitais alheios de c.p. (*)	1 927 474,73	4,20%	996 382,04	1,76%	138,60%
		Imobilizado líquido	45 853 910,20		56 556 584,16		
Endividamento	Endividamento	Passivo	3 829 359,91	7,28%	15 006 408,57	23,54%	-69,09%
		Ativo Líquido	52 631 916,73		63 753 390,89		
	Estrutura de endividamento I	Dívidas de MLP	1 901 885,18	49,67%	2 696 219,61	17,97%	176,43%
		Passivo	3 829 359,91		15 006 408,57		
	Estrutura de endividamento II	Dívida financeira de MLP	1 901 885,18	49,67%	2 696 219,61	17,97%	176,43%
		Passivo	3 829 359,91		15 006 408,57		
	Estrutura de endividamento III	Dívidas de CP	1 927 474,73	50,33%	996 382,04	6,64%	658,08%
		Passivo	3 829 359,91		15 006 408,57		

(*) sem diferimentos

Face ao período homólogo salientamos que os rácios de liquidez geral e de liquidez reduzida registaram uma variação negativa.

Em termos de liquidez imediata, verificamos que o grau de cobertura do passivo corrente pela caixa e depósitos é de 56,89%, inferior ao verificado no período homólogo.



A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes. Verificamos que a cobertura de imobilizado por capitais permanentes melhorou ligeiramente face ao verificado em junho de 2019.

No que diz respeito à estrutura do endividamento verifica-se que 50,33 % do passivo é de curto prazo. Face ao período homólogo, registou-se um agravamento que deriva essencialmente da reclassificação dos subsídios ao investimento do passivo corrente para o património líquido.

As dívidas financeiras de MLP, aumentaram o seu peso no passivo face ao período homólogo, o mesmo se verifica com as dívidas de MLP.

O peso do passivo no ativo diminuiu de 23,54% para 7,28% (derivado da reclassificação dos subsídios ao investimento).



V - ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento semestral o qual corresponde a um rateio de 50% do valor orçamentado para o ano de 2020. Saliente-se, no entanto, que este método de afetação orçamental para o semestre não tem em consideração a sazonalidade das receitas e das despesas, assim como qualquer item não recorrente que apenas ocorra em determinado período de tempo.

Evidenciam-se para o efeito a Demonstração de desempenho orçamental, a execução orçamental da receita e da despesa e do Plano Plurianual de Investimento (PPI). No entanto, a demonstração da execução orçamental da receita e da despesa ainda não se encontra harmonizada com os modelos da NCP 26.

Com referência a 30 de junho de 2020 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	Valor 50%	%	EXECUÇÃO DE RECEITA	Valor 50%	%
DESPESAS CORRENTES	4 501 520	77,10%	RECEITA CORRENTE	6 248 076	94,72%
DESPESAS CAPITAL	1 442 782	38,44%	RECEITA CAPITAL	770 442	23,18%
TOTAL	5 944 303	61,97%	TOTAL	7 018 519	73,17%

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Soure com referência a 30 de junho de 2020, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (73,17%) é superior à execução da despesa total (61,97%). Encontrando-se a execução da receita e da despesa na sua generalidade abaixo do orçamentado.

Para efeitos do n.º 3 do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados mecanismo de alerta definidos naquele artigo. Este indicador apenas poderá ser efetivamente avaliado no final de cada exercício.

A regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, deve ser verificada na fase da elaboração inicial, modificações posteriores e na fase da execução do orçamento. Na fase da elaboração do orçamento, e após as modificações orçamentais (11 modificações) do primeiro semestre verificámos que a referida regra de equilíbrio orçamental foi cumprida em todas as modificações e no orçamento inicial, sendo esta regra obtida da seguinte fórmula: [receita corrente bruta cobrada - despesa corrente - amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos]. Quanto à fase de execução esta regra só pode ser aferida a 31/12/2020 atendendo que se refere a uma regra de avaliação anual.

Contudo, o artigo 7º da lei 6/2020 de 10 de abril, suspendeu em 2020 a aplicação desta regra. Em concreto, tal medida vem possibilitar que a despesa corrente seja superior à receita corrente, recorrendo-se a receita de capital para financiar a mesma, nomeadamente com recurso a endividamento.

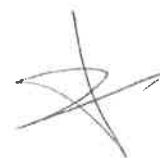
CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

O Município de Soure no primeiro semestre de 2020, face ao período homólogo, arrecadou menos 24,40% de receita total (-2.264.921€). Conforme se pode constatar no quadro seguinte, tal situação deve-se essencialmente ao decréscimo das rubricas de vendas de bens e serviços correntes, passivos financeiros e o saldo da gerência anterior:

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	EXECUÇÃO				
	30/06/2019	31/12/2019	30/06/2020	VARIÇÃO	
				ABSOLUTO	%
01 Impostos directos	1 342 801	2 710 586	1 290 302	-52 499	-3,91%
02 Impostos indirectos	6 790	19 909	5 346	-1 444	-21,27%
04 Taxas, multas e outras penalidades	108 660	226 418	64 657	-44 003	-40,50%
06 Transferências correntes	3 709 630	7 476 807	4 061 393	351 763	9,48%
07 Venda de bens e serviços correntes	1 346 866	2 705 252	624 948	-721 918	-53,60%
08 Outras receitas correntes	2 378	6 633	201 431	199 053	8371,27%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	6 517 125	13 146 315	6 248 076	-269 048	-4,13%
10 Transferências de capital	691 297	1 730 428	684 127	-7 169	-1,04%
12 Passivos Financeiros	1 259 296	1 321 221	0	-1 259 296	-100,00%
13 Outras receitas capital	0	14 411	0	0	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	1 950 593	3 066 061	684 127	-1 266 465	-64,93%
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	40 205	41 970	4 951	-35 254	-87,69%
16 Saldo da gerência anterior	775 518	775 518	81 364	-694 154	100,00%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	815 723	817 488	86 315	-729 408	-89,42%
TOTAL DA RECEITA	9 283 440	17 029 863	7 018 519	-2 264 921	-24,40%

Expurgando o efeito do Saldo da Gerência Anterior, o Município no primeiro semestre de 2020 arrecadou menos 1.535.514 € de receita face ao mesmo período do ano anterior.

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de junho de 2020, a receita executada ficou abaixo do orçamentado no montante de 2.573.600€ (desvio de cerca de -27%).



CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de junho de 2020						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
01 Impostos diretos	2 550 000	1 275 000	1 290 302	15 302	101,20%	50,60%	18,38%
04 Taxas, multas e outras penalidades	184 000	92 000	64 657	-27 343	70,28%	35,14%	0,92%
05 Rendimentos da propriedade	6 000	3 000	0	-3 000	0,00%	0,00%	0,00%
06 Transferências correntes	8 048 837	4 024 419	4 061 393	36 974	100,92%	50,46%	57,87%
07 Venda de bens e serviços correntes	2 136 523	1 068 262	624 948	-443 314	58,50%	29,25%	8,90%
08 Outras receitas correntes	247 100	123 550	201 431	77 881	163,04%	81,52%	2,87%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	13 193 460	6 596 730	6 248 076	-348 654	94,72%	47,36%	89,02%
09 Venda de bens de investimento	6 000	3 000	0	-3 000	0,00%	0,00%	0,00%
10 Transferências de capital	4 581 613	2 290 807	684 127	-1 606 679	29,86%	14,93%	9,75%
12 Passivos financeiros	1 274 225	637 113	0	-637 113	0,00%	0,00%	0,00%
13 Outras receitas de capital	40 155	20 078	0	-20 078	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	5 901 993	2 950 997	684 127	-2 266 869	23,18%	11,59%	9,75%
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	7 421	3 711	4 951	1 241	133,44%	66,72%	0,07%
16 Saldo da gerência anterior	81 364	40 682	81 364	40 682	200,00%	100,00%	1,16%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	88 785	44 393	86 315	41 923	194,44%	97,22%	1,23%
TOTAL DA RECEITA	19 184 238	9 592 119	7 018 519	-2 473 600	73,17%	38,95%	100,00%

As receitas com mais peso contempladas no orçamento são essencialmente as receitas de impostos diretos (representam 18,38% do total das receitas), transferências correntes (representam 57,87% do total das receitas), venda de bens e serviços correntes (representam 8,90% do total das receitas) e transferências de capital (representam 9,75% do total das receitas).

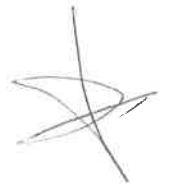
Podemos também verificar que da execução das receitas, que as taxas, multas e outras penalidades, venda de bens e serviços correntes e transferências de capital, foram as únicas receitas que ficaram abaixo do montante orçamentado.

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

Impostos Diretos

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de junho de 2020						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Impostos Municipais Sobre Imóveis (IMI)	1 800 000	900 000	943 528	43 528	104,84%	52,42%	73,12%
Imposto Único de Circulação (IUC)	415 000	207 500	202 861	-4 639	97,76%	48,88%	15,72%
Imposto Municipal Sobre Transmissões (IMT)	235 000	117 500	143 911	26 411	122,48%	61,24%	11,15%
Deerrama	100 000	50 000	3	-49 997	0,01%	0,00%	0,00%
Total	2 550 000	1 275 000	1 290 302	15 302	101,20%	50,60%	100,00%

No que diz respeito aos impostos diretos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 101,20% (1.290.302€), principalmente justificada pela execução da receita relativa a IMI e IMT. De referir que a prestação de IMI de maio representa a maior prestação do ano.



Taxas, Multas e Outras penalidades

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de junho de 2020						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
TAXAS							
Taxas específicas das Autarquias Locais	162 000	81 000	58 591	-22 409	72,34%	36,17%	90,62%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES							
Juros de Mora	7 000	3 500	987	-2 513	28,21%	14,11%	1,53%
Juros compensatórios	3 000	1 500	2 858	1 358	190,53%	95,27%	4,42%
Coimas e penalidades por contraordenação	1 000	500	0	-500	0,00%	0,00%	0,00%
Multas e penalidades diversas	11 000	5 500	2 220	-3 280	0,00%	0,00%	3,43%
Total	184 000	92 000	64 657	-27 343	70,28%	35,14%	100,00%

O valor executado ficou abaixo do orçamentado, nesta classe económica. Todas as rubricas apresentam valores inferiores ao previsto, com exceção dos juros compensatórios.

Rendimentos de Propriedade

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de junho de 2020						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Juros - Sociedades Financeiras	1 000	500	0	-500	0,00%	0,00%	#DIV/0!
Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.não financeiras	3 000	1 500	0	-1 500	0,00%	0,00%	#DIV/0!
Participações nos lucros de administ. públicas	2 000	1 000	0	-1 000	0,00%	0,00%	#DIV/0!
Total	6 000	3 000	0	-3 000	0,00%	0,00%	#DIV/0!

No primeiro semestre de 2020, a rubrica rendimentos de propriedade não teve qualquer execução.

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de junho de 2020						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1 000	500	0	-500	0,00%	0,00%	0,00%
Administração central	8 014 837	4 007 419	4 061 393	53 974	101,35%	50,67%	100,00%
Administração local	3 000	1 500	0	-1 500	0,00%	0,00%	0,00%
Segurança social	20 000	10 000	0	-10 000	0,00%	0,00%	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	10 000	5 000	0	-5 000	0,00%	0,00%	0,00%
Total	8 048 837	4 024 419	4 061 393	36 974	100,92%	50,46%	100,00%

Quanto às receitas provenientes de transferências correntes, a execução foi inferior em 36.974 € comparativamente ao previsto a 6 meses. Relativamente às rubricas desta classe somente a administração central teve execução.



Venda de Bens e Serviços Correntes

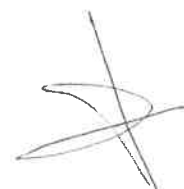
CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de junho de 2020						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Vendas de bens	740 000	370 000	252 551	-117 449	68,26%	34,13%	40,41%
Serviços	845 523	422 762	233 320	-189 442	55,19%	27,59%	37,33%
Rendas	551 000	275 500	139 077	-136 423	50,48%	25,24%	22,25%
Total	2 136 523	1 068 262	624 948	-443 314	58,50%	29,25%	100,00%

O grau de execução destas receitas situa-se em 58,50%. Todas as receitas desta classe económica ficaram abaixo do orçamentado.

Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de junho de 2020						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1 000	500	0	-500	0,00%	0,00%	0,00%
Administração central	4 577 613	2 288 807	684 127	-1 604 679	29,89%	14,95%	100,00%
Administração local	2 000	1 000	0	-1 000	0,00%	0,00%	0,00%
Segurança Social	1 000	500	0	-500	0,00%	0,00%	0,00%
Total	4 581 613	2 290 807	684 127	-1 606 679	29,86%	14,93%	100,00%

Relativamente às transferências de capital verificou-se um desvio de 1.606.679€ face ao valor orçamentado para o semestre. O desvio encontra-se associado ao não recebimento dos financiamentos acordados com entidades estatais (rubrica Estado-Participação comunitária projetos co-financiados) relacionados com os investimentos em curso.

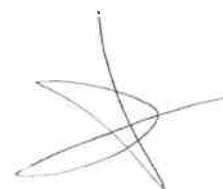


CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

O Município de Soure no primeiro semestre de 2020 executou menos despesa em 1.643.230€ (-21,66%) do que relativamente ao período homólogo, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	EXECUÇÃO				
	30/06/2019	31/12/2019	30/06/2020	VARIÇÃO	
				ABSOLUTO	%
01 Despesas com o pessoal	2 312 775	4 781 828	2 193 450	-119 324	-5,16%
02 Aquisição de bens e serviços	1 552 984	4 140 794	1 500 000	-52 983	-3,41%
03 Juros e outros encargos	24 411	32 638	5 562	-18 849	-77,22%
04 Transferências correntes	575 949	1 165 117	566 318	-9 631	-1,67%
06 Outras despesas correntes	113 220	330 540	236 190	122 970	108,61%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	4 579 339	10 450 917	4 501 520	-77 819	-1,70%
07 Aquisição de bens de capital	1 292 679	3 608 048	1 006 070	-286 609	-22,17%
08 Transferências de capital	147 038	666 451	93 626	-53 412	-36,33%
09 Ativos financeiros	28 094	83 188	0	-28 094	-100,00%
10 Passivos financeiros	1 514 819	1 883 834	336 326	-1 178 493	-77,80%
11 Outras despesas de capital	25 564	262 541	6 760	-18 804	-73,56%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	3 008 194	6 504 063	1 442 782	-1 565 412	-52,04%
TOTAL DA DESPESA	7 587 533	16 954 979	5 944 303	-1 643 230	-21,66%

Como se pode verificar pelo quadro a seguir, com referência a 30 de junho de 2020, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em 3.647.816€ (desvio de cerca de -38,03%).



CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de junho de 2020						
	PREVISÃO CORRIGIDA	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
01 Despesas com o pessoal	5 010 225	2 505 113	2 193 450	-311 662	87,56%	43,78%	36,90%
02 Aquisição de bens e serviços	4 284 244	2 142 122	1 500 000	-642 122	70,02%	35,01%	25,23%
03 Juros e outros encargos	20 050	10 025	5 562	-4 463	55,48%	27,74%	0,09%
04 Transferências correntes	1 769 554	884 777	566 318	-318 459	64,01%	32,00%	9,53%
05 Subsídios		0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
06 Outras despesas correntes	593 280	296 640	236 190	-60 450	79,62%	39,81%	3,97%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	11 677 353	5 838 677	4 501 520	-1 337 156	77,10%	38,55%	75,73%
07 Aquisição de bens de capital	6 265 410	3 132 705	1 006 070	-2 126 635	32,12%	16,06%	16,92%
08 Transferências de capital	362 725	181 363	93 626	-87 736	51,62%	25,81%	1,58%
09 Ativos financeiros	8 700	4 350	0	-4 350	0,00%	0,00%	0,00%
10 Passivos financeiros	770 550	385 275	336 326	-48 949	87,30%	43,65%	5,66%
11 Outras despesas de capital	99 500	49 750	6 780	-42 990	13,59%	6,79%	0,11%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	7 506 885	3 753 443	1 442 782	-2 310 660	38,44%	19,22%	24,27%
TOTAL DA DESPESA	19 184 238	9 592 119	5 944 303	-3 647 816	61,97%	30,99%	100,00%

As despesas correntes com mais peso contempladas no orçamento são essencialmente, as relacionadas com as despesas com pessoal (36,90% da totalidade das despesas) e a aquisição de bens e serviços (25,23% da totalidade das despesas). No que diz respeito às despesas de capital, a rubrica mais relevante é aquisição de bens de capital (representam 16,92% do total das despesas).

Podemos constatar que a 30/06/2020, que nenhuma despesa ficou acima da orçamentada.

Despesas com o pessoal

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de junho de 2020						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Remunerações certas e permanentes	3 807 950	1 903 975	1 686 191	-217 784	88,56%	44,28%	76,87%
Abonos variáveis ou eventuais	186 700	93 350	78 158	-15 193	83,73%	41,86%	3,56%
Segurança social	1 015 575	507 788	429 102	-78 686	84,50%	42,25%	19,56%
Total	5 010 225	2 505 113	2 193 450	-311 662	87,56%	43,78%	100,00%

Os desvios nestas rubricas face ao orçamentado não são significativos e estão relacionados com a sazonalidade de algumas rubricas destas despesas. (ex. Subsídio de Natal apenas será pago em novembro).

Aquisição de Bens e Serviços

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de junho de 2020						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Aquisição de bens	700 500	350 250	189 977	-160 273	54,24%	27,12%	12,67%
Aquisição de serviços	3 583 744	1 791 872	1 310 023	-481 849	73,11%	36,55%	87,33%
Total	4 284 244	2 142 122	1 500 000	-642 122	70,02%	35,01%	100,00%

No primeiro semestre de 2020, a execução encontra-se abaixo do previsto no orçamento, a rubrica com maior variação é a aquisição de serviços.



Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de junho de 2020						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Sociedades e quase sociedades não financeiras	270 000	135 000	0	135 000	0,00%	0,00%	0,00%
Administração central	52 050	26 025	24 975	-1 050	95,96%	47,98%	4,41%
Administração local	691 870	345 935	289 586	-56 349	83,71%	41,86%	51,13%
Instituições sem fins lucrativos	468 684	234 342	214 431	-19 911	91,50%	45,75%	37,86%
Famílias	286 950	143 475	37 326	-106 149	26,02%	13,01%	6,59%
Total	1 769 554	884 777	566 318	-318 459	64,01%	32,00%	100,00%

A execução desta rubrica da despesa encontra-se abaixo do orçamentado, no entanto, salienta-se a rubrica sociedades e quase sociedades não financeiras que não teve qualquer execução.

Aquisição de Bens de Capital

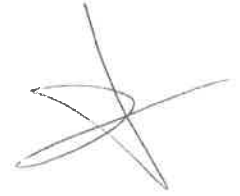
CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de junho de 2020						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Investimentos	5 293 255	2 646 628	602 376	-2 044 252	22,76%	11,38%	59,87%
Bens de domínio público	972 155	486 078	403 694	-82 384	83,05%	41,53%	40,13%
Total	6 265 410	3 132 705	1 006 070	-2 126 635	32,12%	16,06%	100,00%

A aquisição de bens de capital está aquém dos valores orçamentados, com maior ênfase nas rubricas de Investimentos, mas que poderão ser recuperadas até ao final do exercício.

Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de junho de 2020						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração Central	1 000	500	0	-500	0,00%	0,00%	0,00%
Administração local	25 230	12 615	0	-12 615	0,00%	0,00%	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	321 445	160 723	91 376	-69 346	56,85%	28,43%	97,60%
Famílias	15 050	7 525	2 250	-5 275	29,90%	14,95%	2,40%
Total	362 725	181 363	93 626	-87 736	51,62%	25,81%	100,00%

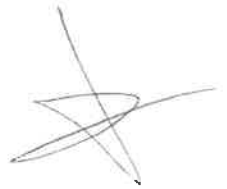
A despesa executada foi inferior ao previsto, sendo essencialmente justificada pelas rubricas de Instituições sem fins lucrativos e famílias.



RÁCIOS ORÇAMENTAIS

Apresentamos no quadro seguinte os rácios orçamentais analisado bem como a respetiva leitura:

Indicadores	2020		2019		Varição	Observações
Receita líquida total	7 018 518,80	118,07%	9 283 440,21	122,35%	-3,50%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
Despesa total paga	5 944 302,64		7 587 533,07			
Receita corrente	6 248 076,44	89,02%	6 517 124,89	70,20%	26,81%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
Receita total	7 018 518,80		9 283 440,21			
Receita corrente	6 248 076,44	138,80%	6 517 124,89	142,32%	-2,47%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
Despesa correntes	4 501 520,31		4 579 338,83			
Impostos diretos	1 290 301,81	20,65%	1 342 800,74	20,60%	0,23%	Mede o peso dos impostos diretos no total de receitas correntes
Receita corrente	6 248 076,44		6 517 124,89			
Receita de capital	684 127,27	9,75%	1 950 592,58	21,01%	-53,61%	Mede o peso das receitas de capital no total das receitas cobradas
Receita total	7 018 518,80		9 283 440,21			
Receita de capital	684 127,27	47,42%	1 950 592,58	64,84%	-26,87%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
Despesa de capital	1 442 782,33		3 008 194,24			
Despesa corrente	4 501 520,31	75,73%	4 579 338,83	60,35%	25,47%	Mede o peso da despesa corrente no total de despesa paga
Despesa total	5 944 302,64		7 587 533,07			
Despesa de capital	1 442 782,33	24,27%	3 008 194,24	39,65%	-38,78%	Mede o peso da despesa de capital no total de despesa paga
Despesa total	5 944 302,64		7 587 533,07			
Despesas rígidas	2 535 338,00	42,65%	3 852 005,11	50,77%	-15,99%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da despesa paga
Despesa total	5 944 302,64		7 587 533,07			
Despesas rígidas	2 535 338,00	36,12%	3 852 005,11	41,49%	-12,94%	Mede o peso que os custos com o pessoal, os juros e outros encargos e os passivos financeiros no total da receita
Receitas totais	7 018 518,80		9 283 440,21			
Aquisição de bens de capital	1 006 069,70	16,92%	1 292 678,57	17,04%	-0,66%	Mede o peso das despesa com aquisição de bens de capital no total da despesa paga
Despesa total	5 944 302,64		7 587 533,07			



As receitas totais cobrem o valor das despesas totais nos períodos em análise, sendo que em 30/06/2020 o rácio obtido é de cerca de 118,07%, cumprindo assim o disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3/9. Do total das receitas, cerca de 89,02% são de natureza corrente e esta é suficiente para cobrir a despesa corrente.

VI- PAGAMENTOS EM ATRASO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Com a transição do regime contabilístico POCAL para o SNC-AP, ocorre também a transição do sistema de reporte da informação orçamental, económica e financeira para a DGAL, anteriormente de acordo com o SIAL, para o SISAL de acordo com a portaria 128/2017 de 05/04/2017.

Esta transição de reporte da informação tem evidenciado dificuldades técnicas de reporte de informação, que não permitiu obter a 30-06-2020 a informação sobre:

- Pagamentos em atraso
- Prazo médio de pagamentos.

Contudo a título indicativo e baseado no nosso cálculo estimado, o prazo médio de pagamentos era de 13 dias.

VII- FUNDOS DISPONÍVEIS

O n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06 determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.

Verificámos que o Município não está obrigado a calcular e reportar o mapa de fundos disponíveis, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 107º da Lei n.º 2/2020 de 31 de março (Orçamento do Estado para 2020), mas mantém tal reporte mensal à DGAL.

Ainda assim se informa que de acordo com o n.º 7 do referido artigo, a aferição da exclusão a que se refere o parágrafo anterior é da responsabilidade das autarquias locais, produzindo efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.

Dado que o Município não tem pagamentos em atraso, a 31/12/2019 face a setembro 2018, não se aplica a disposição prevista no n.º 7 do artigo 107º do OE2020, isto é, obrigação de reporte dos fundos disponíveis.



Tudo sem prejuízo de que foi suspensa até 30/06/2020 a aplicação quer do número 8 da Lei 8/2012 de 21/2 e do nº 2 do artigo 107º do Orçamento de Estado 2020 (artigo 5º da Lei 6/2020 de 10/4).

VIII-DÍVIDA TOTAL (CONCEITO DA LEI N.º 73/2013 DE 03/09)

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos tem o seguinte enquadramento legal:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Situação do Município
1	≥ 1 e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	NÃO
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	NÃO
4	$\geq 2,25$ e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	NÃO
5	> 3	-	-

Pelo referido anteriormente também não obtiveram informação sobre o reporte da dívida total a DGAL a 30-06-2020.

Ainda assim apresentamos o cálculo indicativo da dívida total a 30/06/2020 comparativamente a 31/12/2019.

Limite à dívida total	
Receita corrente cobrada nos últimos três anos	Montante
2017	12 498 786
2018	12 122 172
2019	13 146 315
Total	37 767 273
<hr/>	
Média	12 589 091
<hr/>	
Limite à dívida total das operações orçamentais (1,5 x (RCL N-1 + RCL N-2 + RCL N-3))	18 883 636

	30/06/2020	31/12/2019
(1) Dívida total	3 142 093	3 220 209
(2) FAM	25 094	25 094
(3) Dívida do art. 54º relevante para a dívida total	73 401	73 401
(4) Dívidas não orçamentais	22 241	68 824
(1)-(2)-(3)-(4) Dívida total (excluindo dívidas não orçamentais)	3 168 159	3 199 693



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 291 588 Capital Social: 200000000 S.R.O. nº 176 CMVM nº 20161476

O limite da dívida é de 18.883.636 euros, sendo a dívida total, excluindo as operações não orçamentais, e tendo por base a dívida do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro apurada em 31 de dezembro de 2019, de 3.168.159 euros.

A 30-06-2020, a referida dívida total do Município de SOURE representa indicativamente 0,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos anos, tendo a mesma reduzido no exercício de 2020 no valor de 31.534 euros.

IX- CONCLUSÃO

Em nossa opinião, tendo por base o trabalho por nós efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, não temos conhecimento de situações que afetem de forma significativa a informação sobre a situação económico e financeira relativa ao 1º semestre de 2020, e a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites previstos no POCAL.

Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida pelos colaboradores e responsáveis pelo Município.

Coimbra, 19 de novembro de 2020

Bruno José Machado de Almeida

Em representação de:

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.